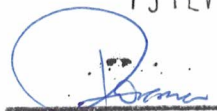


13 FEV 2026

1 

Prezados EDIS da Câmara Municipal de Andradadas.


Encarregado

Vereadores Ademir dos Santos Perez, Adilson Carlos dos Santos, Antônio Carlos de Lima, Carlos Roberto da Silva, Cezar Augusto Ranzani, Diego Felisberto, Luiz Gustavo Gonçalves Xavier, Valéria de Lima Souza e Regis Basso Andrade.

REF.: Matéria Jornal Andradadas Hoje de 07/02/2026 – Cidade/Política.

Título: Biguá: “Presidência da Câmara é diálogo e compromisso com a população andradense”.

REFLEXÕES-PERGUNTAS-DÚVIDAS

Apesar do contexto de toda a minha fala estar mais voltado para o Presidente desta Casa de Leis, também irei tecer alguns comentários de outros parlamentares e cidadãos sem cargo público, entretanto, o foco será sobre a entrevista concedida para o Jornal Andradadas Hoje do Sr. Antônio Carlos de Lima (Biguá). Bem como, considero que o tema serve para todos, ou seja, **“Câmara é diálogo e compromisso com a população andradense”**.

Tal qual o posicionamento do Biguá – me permitam esta minha deferência ao nome do Presidente - em gostar de uma boa prosa, de buscar soluções por meio dela, peço que tudo que passarão a ler sobre minhas reflexões, perguntas e dúvidas, possam ser encaradas como uma boa prosa de um senhor desta maravilhosa cidade de Andradadas, só que, na forma escrita. Lembrando, que nossa responsabilidade aumentou agora que somos uma Cidade Gastronômica em 2026, e, também a Capital Mineira do Vinho, viramos destaque estadual, nacional, e porque não, internacional. DEPENDE DE NÓS!!! Para tanto, também almejo buscar soluções para os mais diversos problemas nas mais variadas formas, tudo de acordo com as minhas convicções literárias e gramaticais. Informo que adotarei uma conduta e estilo que usa da definição do conceito e origem das palavras, passando a citá-las para melhor elucidar o que penso. A exemplo, o conceito da palavra “**edil**” que deriva do latim aedilis, referindo-se a um antigo magistrado romano responsável pela fiscalização da cidade, com funções similares às de um vereador moderno; outro exemplo, as “**convicções literárias e gramaticais**”, referindo-se ao conjunto de crenças, valores, princípios e certezas que um autor, leitor ou falante adota em relação à produção, análise e uso da linguagem e da literatura. Essas convicções funcionam como guias ou “filtro” que influenciam o estilo de escrita, a interpretação de textos e a escolha de normas linguísticas. Também vou adotar o critério de citar trechos do texto da matéria jornalística, Biguá: Presidência da Câmara é diálogo e compromisso com a população andradense, para expressar as minhas ideias, opiniões e críticas, que serão acompanhadas das minhas reflexões e perguntas. Agora, o Biguá será o novo timoneiro desta “**nau**” chamada Câmara dos Vereadores. E será nessa nau, nome dado desde o século XVII a navio de grande porte, com três mastros, velas redondas, e fortemente armado, que o novo timoneiro terá em suas mãos o “**timão**”, que não tem nada a ver com o time do Corinthians, mas sim, com o dispositivo em formato de roda ou volante utilizado pelo timoneiro para controlar a direção do navio. Também conhecido como roda do leme, funciona como o volante do barco, transmitindo os comandos manuais para mover a pá do leme, localizada na popa, permitindo alterar o rumo para bombordo (**esquerda**) ou estibordo (**direita**). Assumido o leme, tudo se torna uma “**escolha**” durante a viagem, para tanto, que o nosso timoneiro escolha conduzir nosso navio por águas calmas, desviando das tempestades, ora para bombordo, ora para estibordo. Quero adiantar e esclarecer, que na presente data de 13/02/2026 (6ª Feira), não estou filiado a nenhuma bandeira político partidária, portanto, não me sujeito ao ditame de qualquer cacique

e/ou liderança partidária, como imagino que “não aconteça” com vocês políticos filiados, devendo fidelidade partidária, seguindo o Estatuto do Partido e suas ideologias. Para mim, a “**realidade**” não se confunde com a “**narrativa**”, sendo que: REALIDADE, tem por definição a qualidade do que é real, o conjunto de fatos e acontecimentos que têm existência objetiva, independente das interpretações individuais. Tem como característica ser bruta, muitas vezes caótica e nem sempre segue uma lógica linear ou um propósito claro. Fatos: **A realidade é o que aconteceu, as coisas com elas são.** Já a NARRATIVA, tem por definição a narração de uma sequência de fatos (reais ou fictícios) organizados em um tempo e espaço, relatados por um narrador. Tem como função organizar a experiência, conferir sentido, criar conexões emocionais e conduzir o pensamento. Aqui surge o **elemento criativo**, onde, toda narrativa envolve seleção, ou seja, **escolher quais fatos contar e quais omitir**. Contudo, nestes tempos estranhos em que vivemos, somado aos dias maus que virão, mais a chuvarada que não cessa, fará com que o mato da intolerância cresça e as ervas daninhas da politicagem se proliferarem nesta estação chuvosa de ano eleitoral. Espero ter deixado bem claro a minha escolha pela realidade, que mesmo podendo parecer bruta, é a realidade. Na onda dos conceitos, deixo o meu pitaco na definição da nobre profissão de “**jornalista**”, como sendo o profissional que coleta, apura, investiga e divulga informações relevantes e de interesse público, atuando com ética para informar a sociedade, formar opinião e fiscalizar o poder (minha citação: de todos os poderes públicos – legislativo, executivo e judiciário – e privados) através de diversas mídias (TV, rádio, impresso, digital). **Ele busca a verdade, contextualiza fatos, verifica fontes e combate a desinformação, sendo essencial para a democracia, contribuindo para o senso crítico e a cidadania.** E, que assim seja. Porém, a sua entrevista ao Jornal Andradas Hoje me induziu ao desejo de refletir, perguntar e tirar dúvidas, expressando as minhas ideias, opiniões e críticas, valendo-me de um misto de salmos, frases prontas, provérbios, falas de famosos ou não, letra de música, e acima de tudo de V E R D A D E S. Certamente, essa minha produção poderá incorrer em momentos de discordâncias e negações, e, até mesmo, em sensações incomodas. Entretanto, o meu objetivo é, e sempre foi, o de melhorar o nosso meio, a nossa sociedade, aprimorando a sua qualidade de vida através da cobrança objetiva e honesta sobre a prestação dos serviços públicos de forma profissional e para todos, sem favores ou privilégios. Destaque para a célebre frase cunhada pelo dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro, Nelson Rodrigues, que dizia:

“Toda unanimidade é burra. Quem pensa com a unanimidade não precisa pensar”.

Vamos lá, tudo começa com o A G O R A, com as 03 reflexões mais as 10 perguntas = 13, na 6ª feira do dia 13, com 13 páginas. Já dizia o influenciador Henrique Maderite, que nos deixou recentemente, mineiro de BH, deixou marcas positivas com seus bordões, entre eles: **“Sextou, bebê”!** E valendo-me do início do texto original do periódico Andradas Hoje: “Em um cenário político marcado por mudanças, cobranças por mais transparência e maior participação da população, a Câmara Municipal de Andradas inicia um novo ciclo sob nova presidência”.

REFLEXÃO 01 – Primeiro, buscarei conceituar o que vem a ser um “**novo ciclo**”, como sendo o que simboliza o encerramento de uma fase e o início de outra, marcando um período de renovação, crescimento e oportunidades de mudança, envolvendo muitas vezes, autoconhecimento, abandono de hábitos antigos, planejamento de metas e reinvenção de perspectivas, permitindo recomeçar com mais sabedoria e intenção. Sinceramente, e de coração, o que eu mais desejo é que Deus abençoe o timoneiro Biguá, iluminando os seus caminhos para começar com mais sabedoria e intenção. Entretanto, no presente momento eu não consigo admitir que, com uma troca política possa ocorrer o encerramento de uma fase, muito menos o início de outra. Em se tratando de coisa público, para mim, tudo é continuação

do trabalho do antecessor em torno de um único objetivo, o da existência da Câmara Municipal com os seus nove vereadores em prol de um mesmo fundamento basilar, a elaboração de leis, a verificação do seu cumprimento, a fiscalização de sua execução, e tudo, tudo mesmo, para o bem estar da população que escolheu os seus eleitos através do V O T O secreto. Mas, será mesmo pelo voto secreto!!! Aqui começa o engana que eu não gosto, afinal, os deputados e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional, ao passo que o Presidente da República, governadores, senadores e prefeitos são escolhidos pelo sistema majoritário, onde, **quem obtiver mais votos sagra-se vencedor**. Em outras palavras, para conhecer os deputados e vereadores que vão compor o Poder Legislativo, deve-se, antes, saber quais foram os partidos políticos vitoriosos, para depois, dentro de cada agremiação partidária que conseguiu um número mínimo de votos, observar quais são os mais votados. Encontram-se, então, os “eleitos”. **Inclusive, esse é um dos motivos de se atribuir o mandato ao partido e não ao político**. Mas, como diria o jargão mais falado nos últimos tempos por um dos lados do espectro político nacional: **Lei não se discute, se cumpre**. E do outro lado do espectro político, como é que fica!!! Uma pena os guardiões da Constituição Federal de 1988 não pensarem e nem agirem assim. O típico, para os amigos do amigo do meu pai, tudo. Para os inimigos, a lei. Afinal, não basta ser honesto, se faz necessário se mostrarem honestos. De novo, não me engana que eu não gosto, querem que acreditemos que os representantes políticos dos poderes legislativos, são escolhidos pelo POVO e com a maioria dos votos? Ou, serão escolhidos por intermédio da matemática orquestrada pelos próprios partidos políticos através de uma fórmula milagrosa a “La Tiririca”, elegendo a si próprio e a outros correligionários! Então, cadê a representação popular? Então, quem representa o POVO, o político mais eleito, ou, o partido mais forte? Adivinhe, e acredite se quiser, serão os partidos com mais verba do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário capitaneados por seus caciques. É Nerso, você tinha razão, cadê o ganhou levou? Resposta: Mooorreu... “Dura lex, sed lex”. “A lei é dura, mas é a lei.” Uma pena uns serem mais iguais que outros. Quantos eleitores andradenses, mineiros e nacionais, foram informados pelos políticos que não ganha o candidato a deputado ou vereador que mais teve voto popular nas urnas? É como pagar e não levar, escolher e não ter. **COMPRICADO**...mais real. Pois é Boris Casoy, você também tinha e tem razão: **“Isto é uma vergonha”**.

Considerando o trecho do texto original do periódico Andradas Hoje, que fala: “Reeleito para o seu segundo mandato como vereador, Antônio Carlos, conhecido como Biguá, assume agora a presidência do Legislativo em um momento em que o papel da Câmara ganha ainda mais relevância no debate público e na fiscalização das ações do Executivo”. Fala também sobre o caminho que o levou a disputar a presidência da Casa, a responsabilidade de conduzir o Legislativo em um contexto de maior autonomia e independência, e os principais desafios que se apresentam logo no início da gestão, como a busca pela sede própria da Câmara”.

REFLEXÃO 02 – Usando do conceito para a palavra **“autonomia”**, que vem do grego **auto** (si mesmo) e **nomos** (regra), é a capacidade de um indivíduo ou entidade agir e governar a si mesmo com independência, sem subordinação externa. Envolve autodireção, liberdade de escolha, responsabilidade pelas próprias ações e a capacidade de definir os próprios interesses e regras. **PERGUNTO**: Em que momento do ano de 2025, ou, na própria linha do tempo da Câmara Municipal de Andradas, “não houve” maior autonomia, ou seja, **em que momento a Câmara “não teve” liberdade de escolha e/ou capacidade de definir os próprios interesses e regras?** Isso tudo, sem considerarmos o momento atual e factual das deliberações e votações plenárias, terem por diversas vezes, um placar numérico favorável a ala considerada de oposição ao atual governo, em 6 a 3 votos. Já, a palavra **“independência”**, é a condição de autonomia,



liberdade e soberania de um indivíduo, grupo ou Estado, caracterizada pela ausência de subordinação, dependência ou controle externo. Refere-se à capacidade de autogoverno, tomada de decisão própria e isenção. Assim, sendo a autonomia e a independência conceitos sinônimos, correspondendo as palavras que apresentam conceitos parecidos ou muito semelhantes, acho correto escolher o conceito de independência para caracterizar o Estado com capacidade de autogoverno, tomada de decisão própria e isenção, sendo oposta a subordinação ou dominação. E o conceito da “isenção” que significa em sentido mais amplo, ser imparcial ou livre de deveres, agindo com neutralidade ou desinteresse, como fica? Atualmente, sabem me dizer onde a isenção não vem acontecendo? DICA: começa com “S” e termina com “F”. Assistimos, dia sim e outro também, a quebra deste princípio fundamental da isenção, que assegura que uma decisão seja baseada estritamente nas provas e na lei, mantendo distância equivalente das partes e evitando preconceitos ou interesses pessoais. PERGUNTO: Tendo como um dos principais desafios logo no início da sua gestão, a busca pela sede própria da Câmara, de quanto seria o gasto para a construção desta nova sede, já tem o terreno, projeto aprovado com licitação de concorrência prontos? O valor pago do aluguel a terceiros, corresponderia a quantos meses de aluguel, considerando o montante total do custo da obra? Com uma sede própria em uma edificação novinha em folha, também teríamos um comportamento diferenciado dos vereadores com mais autonomia, independência e isenção, com placares diferentes dos atuais 6 a 3? Uma nova edificação teria o poder de mudar a atuação dos vereadores ao ponto de transformar a forma de agirem na sua fiscalização e na votação das matérias de interesse coletivo da sociedade andradense? A título de conhecimento e informação, nas outras tentativas passadas de construção de uma nova sede da Câmara, eu participei em uma delas na elaboração do projeto de combate a incêndio e pânico, bem como, no fornecimento da mão de obra técnica de um engenheiro civil para o acompanhamento da execução das obras, vindo a ganhar o acompanhamento técnico, mas, perdendo na elaboração do PSCIP-Projeto de Combate a Incêndio e Pânico. CURIOSIDADE: Quando fui buscar cópia de todo o projeto executivo para estudo, as legendas das plantas estavam em nome da Prefeitura Municipal. Mas, o projeto não era da Câmara! Era tanta independência e autonomia que tinha o dedo do Poder Executivo.

Considerando o trecho do texto original do periódico Andradas Hoje, que fala: “O Presidente também detalha as prioridades para o ano, comenta a necessidade de aproximar o cidadão do Legislativo, fortalecer a comunicação institucional e garantir que as emendas impositivas, sejam efetivamente atendidas”.

REFLEXÃO 03 - Em 2026 com a necessidade de aproximar o cidadão do Legislativo, fortalecendo a **comunicação institucional**, garantindo as **emendas impositivas**, que nada mais são que o instrumento por meio do qual, os vereadores podem propor a destinação de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) previsto no projeto da Lei do Orçamento Anual (LOA) para o ano seguinte. PERGUNTO: Com foco na comunicação institucional, com referência a palestra do Caio Coppolla intitulada “Dias maus” e entregue em mãos a todos os vereadores, quero destacar o seguinte trecho: ... sobre coisas públicas com a divulgação dos atos públicos, a escolha dos temas, a convocação pública, a participação social, o diálogo franco e aberto, o direito de opinar e deliberar dos segmentos sociais organizados, ou, não organizados – palavra de cidadão; a volta do direito de fala livre no púlpito da “Casa do Povo” sem filtros ou controles políticos; a disponibilização antecipada para estudo de “todos” os atos públicos... etc. No meu entendimento, toda citação se enquadra perfeitamente na aproximação do cidadão com o Legislativo, bem como, fortalece a comunicação institucional com este mesmo cidadão. Assim, no quesito comunicação, existe alguma possibilidade em adequar o regimento interno em



algum dos seus Art. 277, Art. 277-A §1º ao 6º, Art. 279 ao Art. 282; de forma a devolver o direito de fala ao cidadão no púlpito do plenário da Câmara durante o período de discussão de algum projeto ou tema do seu interesse, durante a sua presença na sessão e sem a necessidade prévia de fazê-lo com dois dias úteis de antecedência da próxima seção, com menção sobre a matéria ao qual falará? **O que vale hoje**, o **Art. 277** onde o cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão; ou, o **Art. 277-A**, onde o cidadão que queira fazer uso da palavra sobre assuntos de competência da Câmara Municipal ou de interesse público, e que não guardem relação com projetos de lei, poderá fazê-lo mediante requerimento protocolado na Câmara Municipal com dois dias úteis de antecedência da próxima Sessão Ordinária. **DÚVIDA**: Desculpem pelo meu desconhecimento e talvez interpretação errônea do Regimento Interno da Câmara, mas, entendo que no **Art. 277**, eu cidadão, poderei fazer uso da palavra sobre projetos de lei se me inscrever antes de iniciada a sessão. Mas, no **Art. 277-A**, eu cidadão, só poderei fazer uso da palavra de competência da Câmara Municipal ou de interesse público, que não guardem relação com projetos de lei e com dois dias de antecedência. Para mim, tudo que entra e sai da Câmara é de competência dela própria, inclusive os temas de interesse público, mas, não podem guardar relação com projetos de lei? Ambíguo para o meu raciocínio. Para somar ao meu raciocínio ambíguo, vem o **Art. 281** falando que o Presidente da Câmara promoverá ampla divulgação de pauta da ordem do dia das sessões do Legislativo, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 24 horas do início das sessões. **PERGUNTO**: Como opinar, como emitir conceitos e opiniões sem ler e conhecer o conteúdo dos projetos estudados anteriormente por dias pelos vereadores, **“sobrando para o cidadão 24 horas?”** Isto sem mencionar o pequeno expediente, o grande expediente, os requerimentos, as indicações, as moções, etc. Se não trabalhar e nem dormir, penso que dá mais ou menos umas 15 horas, deveria dar tempo de analisar algo. E outro, o **Art. 282** falando que qualquer associação de classe, clube de serviço ou entidade comunitária do Município poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos e opiniões junto às comissões do Legislativo, sobre projeto que nelas se encontrem para estudo. Porém, no seu Parágrafo Único, diz que o Presidente da Comissão poderá **deferir** ou **indeferir** o requerimento. E no caso de **indeferimento**, o Presidente teria a obrigatoriedade de justificar formalmente ao solicitante o motivo da sua deliberação negativa sobre projeto que se encontrava na Comissão para estudo? Já no **quesito do dinheiro público** que vai para as emendas impositivas, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é composta pelas Receitas Correntes tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes. Podendo ter retirado ou ter deduções comuns, as transferências constitucionais aos municípios, contribuições de servidores para previdência (RPPS), compensação previdenciária. Sua base de cálculo é a soma do mês atual mais os 11 meses anteriores (somatório dos últimos 12 meses), com a finalidade de servir de base para calcular limites de gastos com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito e garantias. E para o caso de ser confirmada a arrecadação de R\$ 222.192.690,00, com os descontos, sobrar dinheiro, como ventilado por alguns? Mas, e se a arrecadação não se confirmar, como é que fica? Devido a celeuma levantada entre o poder legislativo e o poder executivo sobre os VETOS as emendas de pedido de dinheiro público, entendo da necessidade em seguir o que cabe fazer em uma casa que elabora as leis, ou seja, caberá seguir as leis. Se estiver fora do quadrado da lei, os eleitos que legislam ou os eleitos que executam, estarão governando sem responsabilidade. Onde, quem estiver com a verdade, sem as narrativas que escolhem quais fatos omitir e quais apresentar, farão com que caiam muitas máscaras, indiferentemente do espectro político partidário. Assim proferiu Jesus Cristo no versículo bíblico João 8:23 – “E

conhecereis a verdade, e a verdade nos libertará". Também, conhecendo o **princípio de proporcionalidade**, e sendo público e notório o fato de que se deve governar com responsabilidade, seja de que lado político for, não é possível desconsiderar os 9.577 votos = 46,28% transferidos pela maioria da população andradense para a atual chefe do poder executivo, em contraponto aos 3.426 votos = 16,79% alcançados pelos 06 vereadores juntos, que atualmente compõem a maioria numérica de vereadores dentro da Câmara Municipal com Ademir, Antônio Carlos, Gustavo, Carlos Roberto, Diego e Valéria. Em números reais e concretos, não representam tantos eleitores como pensam e gostariam. Entretanto, eu me nego em discutir com os fatos e com os números, o tempo será o senhor da verdade, e, quem viver, verá.

Considerando o trecho do texto original do periódico Andradas Hoje, que fala: "Com uma postura de diálogo e foco no serviço público, Antônio Carlos defende um Legislativo mais acessível, útil e conectado à realidade dos andradenses. Ao longo da conversa, ele reforça que a presidência é, acima de tudo, uma oportunidade de ampliar o compromisso com a população e de contribuir para soluções concretas para o desenvolvimento do município". Passemos, então, para a fase das 10 perguntas e respostas do Jornal Andradas Hoje ao entrevistado.

1ª PERGUNTA: O que motivou o senhor a se candidatar à presidência da Câmara Municipal de Andradas? **RESPOSTA:** Nesta primeira resposta do entrevistado terá trecho resumido, sem a perda do sentido original. No primeiro mandato como vereador, não passando pela sua cabeça se candidatar à Presidência, optou primeiro em **observar, aprender e entender melhor o funcionamento da Casa**. Já, no segundo mandato, se sentindo mais preparado, optou por **dialogar, articular e construir** o caminho encarando posições políticas, como o da presidência, abrindo oportunidades de servir ainda mais à população. **PERGUNTO:** Com a devida vênia, é louvável querer entender melhor o funcionamento da casa, mas, sem a intenção de desqualificar o seu empenho em observar, aprender, entender, dialogar, articular e construir; sou da opinião que se tornará uma tarefa muito difícil entender o seu funcionamento seguindo a letra fria da lei descrita em todos os seus 326 artigos ofertado pela Resolução nº 166, de 07 de fevereiro de 2023, que estabeleceu o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Andradas. Admitindo ou não admitindo esta dificuldade, penso que complicou e dificultou em muito para o Presidente administrar a Casa de Leis que, literalmente, muitas vezes se vê engessada e sem rumo. É como se, ao digitalizar quase tudo, tornando os atos acessíveis pela internet com transmissão digital e televisiva, substituindo os diálogos e debates ao vivo e a cores, na verdade, estariam substituindo o diálogo por monólogos que não ouvem a outra parte que só assiste do outro lado das câmeras. **CURIOSIDADE:** Eu já participei em tempos passados, de sessão da câmara nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal, em que, a simples presença de um certo cidadão e empresário, bem sucedido em sua categoria profissional em nosso município, sentadinho, quietinho, **inibiu**, e porque não dizer, **mudou**, a votação que iria retirar recursos da sua área de atuação e transferir para áreas do lazer e do esporte, durante a votação do Projeto de Lei Orçamentária da época. E vejam veneráveis vereadores, ele não subiu ao púlpito (naquele tempo podia, sem inscrições de dois dias de antecedência, sem passar pelo filtro de Presidente de comissão), ele não falou um "a". Hoje, como fazer uma coisa destas sem a presença física ou sem o direito a voz, só assistindo? Não basta o Presidente da Câmara Municipal de Andradas, no uso das suas atribuições de seu cargo, de conformidade com as Leis em vigor, e com os poderes que lhe são conferidos, promulgar leis difíceis de aplicar, que no jargão popular, são conhecidas como leis difíceis de pegar. Penso ser uma covardia para com a população não poder se expressar normalmente, bem como, seria hipocrisia ficar mencionando termos como a participação popular nas sessões e audiências públicas. **ACORDA BRASIL!**



2ª PERGUNTA: Como avalia a responsabilidade de assumir a presidência do Legislativo em um novo momento político do município? **RESPOSTA:** Vivemos um novo momento, em que o Legislativo se projeta de forma mais autônoma e independente. Com isso, a responsabilidade da presidência aumenta. Não entanto, não só eu, mas todos os vereadores, estamos sempre abertos ao diálogo. Estamos aqui para somar. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que fomos eleitos e somos os legítimos representantes da população. **PERGUNTO:** Por acaso, a Chefe do Poder Executivo e o seu vice, também não foram eleitos pela população? Por que, então, também não seriam seus legítimos representantes? Será que o novo momento político está acontecendo só no município de Andradas, em Minas Gerais e no Brasil, não estão tendo um novo momento político? Aliás, fazer de conta que não está ocorrendo nada de mais relevante na política nacional como um todo, ficando com cara de paisagem diante dos fatos vistos a olhos nus, mantendo a criação das velhas e conhecidas narrativas do tipo acuse-os do que você faz, chame-os do que você é, em nada vai mudar a realidade do momento político atual, como o roubo dos aposentados do INSS (cadê o Estatuto do Idoso) que durante uma vida inteira aguardaram suas economias conquistadas com o seu suor e trabalho, descontadas na folha de pagamento, para terem um final de vida mais descente. No entanto, não só vocês vereadores estarão sempre abertos ao diálogo para somar, eu, com estas minhas colocações, opiniões, críticas e oportunidades de melhoria (termo do selo ISO) para todos nós, também estarei sempre aberto para maiores e melhores esclarecimentos. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que foi o POVO que elegeu todos os servidores públicos municipais, estaduais e federais. Bem como, é importante ressaltar que o POVO pagador de impostos é quem banca toda esta gigantesca estrutura governamental. Nós, o POVO, e não os partidos políticos, é quem somos os verdadeiros e soberanos representantes de nós mesmos. Porém, não fomos nós que roubamos nós mesmos. Tenho dificuldades em entender para que servem tantos órgãos fiscalizadores e de controle do governo federal brasileiro, caros e morosos, que não deveriam ter indicação política, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU), o COAF, o.... focados na transparência, usando do sigilo de 100 anos, focados no combate à corrupção, e não vendo o roubo bilionário dos aposentados, focado na administração pública e política, mas levando a falência uma das instituições mais antigas e valorizada no Brasil em tempos passados, os CORREIOS. E se deixar, em breve, vão quebrar mais estatais para que o pagador de imposto pague para cobrir o rombo público, digo, roubo público. Não podemos esquecer de conhecer a história passada para não incorrer nos mesmos erros, ou seja, vender estatais por um valor barato para um grupo de gringos qualquer. Como imaginar que a CUT (PT - considerada a bombordo) nos idos de 1977, ser contra a privatização e venda da Vale pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB – considerado a estibordo) por R\$ 3,3 bilhões, valendo R\$ 100 bilhões, deu um descontinho de R\$ 96,7 bilhões. Fazendo as contas, quanto cada estatal valia na administração do governo federal passado, e quanto vale hoje uma Petrobrás ou um CORREIOS. Depois, em 2015 com o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, deixando um rastro de destruição e mortes, pergunta para o Senador de MG Rodrigo Pacheco, se ele compartilha da opinião da CUT e o engenheiro civil Felipe Ferreira Araújo, a época diretor da Associação dos Empregados de Furnas (ASEF) que: a Vale enxerga a manutenção de uma barragem como custo, redução do lucro. Enquanto, se fosse uma estatal, enxergaria como uma responsabilidade social. Tá!

3ª PERGUNTA: Quais serão os principais desafios logo no início da sua gestão? **RESPOSTA:** Como todos acompanharam ao longo de 2025, a Câmara tem como objetivo a aquisição de uma sede própria. Queremos tirar o Poder Legislativo do Aluguel. No ano passado, avançamos bastante nesse processo, e agora este é o ano da conclusão. Esse será sem dúvida, um dos principais

desafios iniciais. **PERGUNTO:** Entendendo ter respondido em parte sobre uma nova sede, dentro da Reflexão 02, quero fazer uma analogia com as corridas de Fórmula 1 e as corridas na Câmara em busca de votos, onde, a escuderia da Ferrari que abrigava Michael Shumacher e Rubens Barrichello, ofertava a ambos os pilotos, o mesmo carro, ficando o diferencial sobre vitórias para quem pilotava. Assim, mesmo que com um carro novo não seria garantida a vitória, em que uma nova sede, que inevitavelmente dispenderá de outros novos gastos, com a troca de mobiliário, copa/cozinha, sanitários de uso interno e coletivo, sistema de som e vídeo, sistema de segurança e alarme, arquivos, etc.; tirando o Poder Legislativo do aluguel, como alterará e beneficiará a população no tocante a melhoria dos trabalhos exercidos pelos servidores da casa e pelos vereadores eleitos? Por acaso, não realizavam reuniões na sede antiga na prefeitura? Vamos aqui, ressuscitar a fala do saudoso e querido Sr. Waldemar de Souza Franco: **“Os homens passam, mas, suas obras ficam”**. Então, será o poder da fala e do novo? Além de uma nova obra, o que mais será desafiado em 2026? Por falar em desafio, vou lançar um misto de “desafio” e “pedido”, quero pedir para que considerem a opção em voltarem a fazer reuniões na sede da Prefeitura Municipal, livrando a Câmara do aluguel, e, destinando os recursos à serem gastos com a construção da nova sede neste ano ímpar de 2026, na divulgação e na estruturação do Turismo de nossa cidade, legítimo gerador de emprego e renda para atender os turistas que aqui vêm. A sede seria uma só edificação, o Turismo envolveria hotéis, bares, restaurantes, adegas de vinho, laticínios, fábricas de móveis – bolachas – doces, etc. E além do emprego e renda, com o engajamento da população, propiciarão o tal **“sentido de pertencimento a nossa terra”**, mantendo viva a nossa rica e antiga história conquistada com muito amor e trabalho pelos nossos antepassados, com respeito as culturas diversas e tradições repassadas de geração a geração. Qual legado queremos deixar, de uma sede do Legislativo nova onde os homens passam e as obras ficam, ou, da Cidade Gastronômica e Capital Mineira do Vinho, fervilhando de turistas? E sem essa de Cidade Gastronômica da Margot, ou, a Capital Mineira do Vinho do Rodrigo! Andradas é uma só, antiga Caracol. Afinal, **quem te conhecer, sempre há de te amar**. Muito importante também, seria lembrar dos desafios ruins passados, para não repeti-los no presente, ou seja, não permitir que na última sessão do ano, com o adiantado da hora, um projeto que liberava vultuosos recursos financeiros e estruturais para uma empresa se instalar no parque industrial com a contra partida em gerar 500 empregos, como que num passe de mágica ficou definido a mudança para 250 empregos. Dá para imaginar o valor economizado pela empresa em não manter mais 250 funcionários? Ou, referente a mesma empresa instalada no parque industrial e um empreendimento imobiliário, ambos da iniciativa privada, com uma votação rápida, não me lembro se de 6 a 3, ou, 5 a 4, não importa, foi ampliado o marco divisório que separa a zona urbana da zona rural, onde, numa proposta legalmente apresentada pela escolha de um vereador e endossado por outros edis, o ônus de melhorar a via de acesso com todos os aparelhos necessários a uma via pública da zona urbana (asfalto, bueiros, ponte, iluminação, etc.), saiu do bolso do cidadão para atender o empreendimento localizado na zona rural, deixando de lado investimentos em outras prioridades coletivas. Isto sim é um verdadeiro poder da linha divisória.

4ª PERGUNTA: Quais são as principais prioridades da sua presidência para este ano? **RESPOSTA:**

Quero que a população entenda que a Câmara é útil e está a serviço das pessoas. Nosso objetivo é aproximar ainda mais o cidadão do Legislativo. Estamos estudando a possibilidade de oferecer alguns serviços, como consultoria jurídica para pessoas de baixa renda, apoio a quem busca se inserir no mercado de trabalho e, quem sabe, até transformar a sede em um ponto de confecção de documentos civis. Se houver amparo legal para isso, vamos caminhar nesse sentido.

PERGUNTO: Como é que é!!! Apesar de não ser do ramo jurídico, mas, da engenharia, por

décadas eu pesquiso, leio e estudo sobre leis. E foi numa breve pesquisa no site da própria Câmara que eu li sobre: DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL – Art. 34. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias do Município e, especialmente de: **I** – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas; até, **XVII** – estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento. **Art. 35.** Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: **I** – Eleger sua mesa; até, **XXI** – fixar, observado o disposto no art. 29, V da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, sobre a qual poderá incidir o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza. Bem como, **Art. 42.** Compete ao Presidente da Câmara: **I** – representar a Câmara Municipal em juízo; até, **XXVII** – dar provimento ao recurso de que o parágrafo 1º do artigo 59 deste Regimento. Parágrafo Único – As certidões de que trata o inciso VIII serão expedidas no prazo máximo de quinze dias se requeridas para instruir ação civil pública ou popular e no prazo de trinta dias nos demais casos. PERGUNTO: Dentre outras pesquisas e leituras feitas por mim, sinceramente, não encontrei nada que fizesse menção a regularidade da prestação de serviços pela Câmara, ou, de fazer consultoria jurídica para pessoas de baixa renda, ou, de dar apoio a quem busca se inserir no mercado de trabalho, ou, quem sabe, de até transformar a sede em um ponto de confecção de documentos civis. Salvo melhor análise, não verifiquei amparo legal para nada do pretendido, o que me leva a questionar: Não teria sido mais correto e prudente, primeiramente, pesquisar e consultar a legislação, ou valer-se da competente assistência jurídica da própria câmara, antes de anunciar em um jornal municipal sobre a prestação de serviços pela Câmara em consultoria jurídica para pessoas de baixa renda, apoio a quem busca se inserir no mercado de trabalho, ponto de confecção de documentos civis?

5ª PERGUNTA: Há alguma mudança administrativa ou organizacional prevista para o funcionamento da Câmara? **RESPOSTA:** Não. A resposta anterior já ajuda a esclarecer isso. **O que queremos**, neste momento, é explorar as possibilidades de prestar mais serviços diretos à população. Se for possível, **iremos fazer**. PERGUNTO: O que queremos... iremos fazer, diz respeito ao apoio de quais outros vereadores em explorar as possibilidades de prestar mais serviços diretos à população? Fazer consultoria jurídica para pessoas de baixa renda, já não é feita de longa data pela OAB, e com mais propriedade e eficiência? Apoiar quem busca se inserir no mercado de trabalho, já não é feito por outras instituições como a ACIRA e a ASSEA, por exemplo, com mais propriedade e eficiência? E, quem sabe, até transformar a sede em um ponto de confecção de documentos civis, não incorreria os servidores da Câmara em desvio de função, uma vez não terem sido contratados para tal fim? Bem como, na Prefeitura já existe estrutura humana e material para a retirada de documentos civis já instalado e funcionando muito bem obrigado. Posteriormente, e num futuro muito próximo, eu pretendo propor a este Poder Legislativo algumas adequações administrativas e/ou organizacionais, que dizem respeito ao bom funcionamento da Câmara, de forma a propiciar menos burocracia, um melhor aproveitamento dos materiais de escritório no vai e vem de ofícios em papéis, e, uma melhor utilização do tempo disponível de trabalho dos nobres edis nos seus atos e ações. Como exemplo de sugestão, seria o desenvolvimento de formulários simplificados digitais online, do tipo PROTOCOLO já existente, para o acesso direto da população junto ao Poder Executivo, sem intermediários ou intervenções na efetivação de pedidos ligados a “manutenção” em geral e “pequenas obras” como a construção de um redutor de velocidade, a solicitação de tapa buraco na rua, da capina e limpeza de área verde ou jardim público, do cascalhamento de estrada, do corte de árvore, do desentupimento de bueiro, etc. Ou seja, destinar para os atos e ações mais



nobres dos vereadores um maior tempo para pesquisa, análise, estudo e trabalhos em temas mais importantes relacionados ao real exercício do papel da Câmara, o de fazer leis e fiscalizar o Poder Executivo. Notifique-se o Poder Executivo que os vereadores abrem mão de serem mensageiros de pedidos de serviços solicitados por seus correligionários, com a obrigação e dependência de outro poder. Ou seja, para que assumir o ônus por serviços públicos que não executam, ou, têm controle sobre a sua agenda. O Poder Executivo que se justifique com o cidadão sobre a execução, ou, não execução de todo e qualquer serviço público conforme solicitado no protocolo e dentro do prazo estabelecido. Aqui, sim, vale a pena “gastar tempo” em elaborar uma legislação com regras mais confiáveis e objetivas para o desempenho dos serviços de responsabilidade do Poder Executivo.

6ª PERGUNTA: Que projetos ou pautas o senhor considera urgentes para Andradas neste momento? **RESPOSTA:** A execução das emendas impositivas é, talvez, uma das prioridades mais importantes. Os vereadores estão na linha de frente, em contato direto com a população. As emendas foram **elaboradas a partir de demandas mais urgentes dos cidadãos**. Por isso, o cumprimento integral dessas emendas é indispensável. **PERGUNTO:** A Câmara Municipal de Andradas, se não me engano, chegou a possuir onze vereadores, sendo interpelada judicialmente pelo Promotor de Justiça à época, determinando a sua redução para os atuais nove vereadores. Neste mesmo período, o funcionamento da Câmara se fazia dentro do prédio da administração da Prefeitura Municipal sem maiores problemas, entendo e respeito opinião em contrário, mas, acredito que beneficiavam as reuniões e propiciavam um diálogo fácil com o Poder Executivo por meio de diálogo/conversa ao pé de orelha, sem contar com a redução do trâmite burocrático do envio e recebimento de ofícios e documentos, reduzindo o noticiário pela conversa-se, puro corpo a corpo, olho no olho, logo ali no primeiro andar. Novamente, se a ideia é tirar o Poder Legislativo do aluguel, beneficiando a população com mais investimentos pela cidade, o que os impede de voltarem para lá? Uma vaga para o carro da Câmara pode ser negociada com o estacionamento Paratí próximo da Prefeitura, contornando a falta de vaga de estacionamento no próprio prédio. Outro tema importantíssimo tema que na minha opinião é urgentíssimo, diz respeito a **FISCALIZAÇÃO**, em particular as fiscalizações exercidas pelo Poder Executivo, único e legalmente habilitado em fazê-lo nos diversos departamentos público de saúde, trânsito, uso e costumes, meio ambiente, etc. Abusos, acidentes, contravenções, ilegalidades, dentre outras ações passíveis de fiscalização não tem dia, hora ou local para acontecerem, certo! Certo!!! Então, não seria lógico ter fiscalização com escalas de trabalho, ou seja, abrangendo os sete dias da semana, em particular os finais de semana com a presença de mais transeuntes na cidade e usuários dos serviços prestados pelo comércio em geral aos turistas e moradores de fora da zona urbana que vêm para a cidade fazer compras. Os produtos alimentares, por exemplo, estão sendo vendidos em conformidade com a vigilância sanitária. Ou, não ocorrem crimes ambientais aos finais de semana passíveis de uma melhor e maior fiscalização para atender as denúncias ofertadas pela população em geral! Sei que fiscalizar, politicamente, pode perder votos, mas, sei também que fazer vista grossa, só irá acumular as irregularidades e problemas gerados pelo não cumprimento das leis e regras eminentemente técnicas. Deixa a política para os políticos e a fiscalização para os fiscais. Necessário rever os conceitos de **INDEPENDÊNCIA** e **ISENÇÃO**, bem como aumentar o número de fiscais. Tema este, que merece um maior aprofundamento sobre o que está sendo feito nas fiscalizações está sendo produtivo, eficaz e, garantindo a conscientização dos fiscalizados sobre estarem fazendo algo errado e contrário a lei, sendo passível de sanções punitivas públicas.

7ª PERGUNTA: Existem ações planejadas para aproximar a população das decisões da Câmara? **RESPOSTA:** Temos trabalhado para fortalecer a comunicação. **O Departamento de Comunicação**

tem divulgado o uso da palavra nas sessões, o empréstimo do plenário para eventos de interesse público, entre outras ações. A população já tem aproximado mais da Câmara, e neste ano vamos seguir nesse propósito. Além disso, como já mencionei, queremos ampliar ainda mais essa aproximação por meio da prestação de serviços. **PERGUNTO:** Que grata surpresa depois de longa data sem frequentar as seções da Câmara, exatamente pela falta de transparência e desdenho aos munícipes que assistiam a sessão, ainda no prédio da prefeitura, reunindo-se em sigilo em outra sala próxima ao salão principal no intervalo para café e banheiro, para só depois, virem com uma posição e declaração diferente da discutida no plenário. Ou seja, depois da tal reunião secreta, tudo se resolve da melhor forma para todos, só não falava, todos, quem! O relatado não me foi contado, meninos, eu vi, estava presente, olho no lance!!!osso concluir que o que mencionei na pergunta da reflexão 03, qual seja: No Regimento Interno da Câmara, o que vale hoje é o **Art. 277** onde o cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão; ou, o **Art. 277-A**, onde o cidadão que queira fazer uso da palavra sobre assuntos de competência da Câmara Municipal ou de interesse público, e que não guardem relação com projetos de lei, poderá fazê-lo mediante requerimento protocolado na Câmara Municipal com dois dias úteis de antecedência da próxima Sessão Ordinária.

8ª PERGUNTA: O senhor pretende ampliar o uso das redes sociais ou outros canais de comunicação institucional? **RESPOSTA:** A transparência e o acompanhamento passo a passo do trabalho institucional são direitos dos cidadãos. Por isso, vamos investir cada vez mais nesses canais. **PERGUNTO:** A exemplo do que está acontecendo com os órgãos públicos superiores no atual governo federal, que mais que ninguém, por força de lei, deveriam mostrar transparência com o passo a passo dos atos públicos, bem como, com o zelo e o gasto do dinheiro público, e, não o fazendo, mesmo incorrendo em ilegalidade, escolhem decretar sigilo de longo prazo sobre tudo e todos para a imprensa e a sociedade. Com o conceito de “transparência (O que/Por que)” focando no conteúdo e na acessibilidade dos dados, refere-se à disponibilidade, clareza e honestidade no compartilhamento de informações cruciais, permitindo o entendimento e o controle. Portanto, não estaria a transparência se confundido com o conceito de “comunicação (Como/Quando)”, que foca no meio, na frequência, e no diálogo, como sendo o processo geral de transmitir mensagens? Existe alguma dúvida de que, por exemplo, erros administrativos, falhas em projetos, processos com vícios de origem e tendencioso, ou, ações que possam comprometer algum setor, cargo e função públicos, serão divulgadas/publicadas, ou, ficarão descansando em berço esplêndido em alguma gaveta de conveniência como informação que ainda não está publicada? Como fazer um pedido eletrônico de acesso à informação pelo Sistema de Ouvidoria que atende pelo e-SIC, caso deseje alguma informação que ainda não está publicada, ou, que ainda não conste em uma ata assinada por todos os presentes? Já, vivi na prática o embromeichan para a negação do envio de informações, principalmente, no tocante aos documentos públicos como ofícios, atas e pareceres. Me parece que tudo está virando segredo de justiça por risco à segurança nacional. Por esta razão, acredito que a transparência e o acompanhamento passo a passo do trabalho institucional são direitos dos cidadãos, bem como, também acredito que são deveres dos servidores públicos informar bem sem importar a quem.

9ª PERGUNTA: Quais demandas da população andradense o senhor acredita que merecem mais atenção do Legislativo? **RESPOSTA:** Vivemos um momento de muitas disputas de narrativas, mas, como já disse, todas as emendas estão ligadas às demandas da população. Além disso, considero prioridade a construção de um plano de pavimentação robusto e ousado, que permita

pavimentar trechos estratégicos, facilitar o escoamento da produção agrícola e reduzir distâncias. PERGUNTO: Em linguagem técnica, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Andradas recém empossado, tem noção do custo de uma pavimentação robusta, ou seja, o valor por trecho e/ou por metro quadrado de uma boa pavimentação? Isto posto, também tem que contabilizar a construção das guias de captação de águas pluviais, bueiros, contenção de barrancos, trevos, sinalização de solo e vertical, guard rail ou defesa metálica, etc.? Já tem em mãos alguma pesquisa com estudo de levantamento de preços para a execução de um plano de pavimentação robusto e ousado? Por ser ousado também deverá ser merecedor de uma melhor consulta sobre quais e quantas propriedades seriam beneficiadas com o escoamento da produção agrícola. Sendo que, em muitas propriedades, a maior dificuldade está dentro dos acessos internos da própria sede formada por locais de difícil acesso para veículos e caminhos, ruins e sem manutenção. Confesso que não entendi sobre a redução das distâncias, pois, o seu plano não seria trocar o piso de terra por um piso de pedra ou asfalto? Ou, seria mudado o traçado original das estradas para receber a pavimentação?

10ª PERGUNTA: Que mensagem o senhor deixa para os moradores de Andradas neste início de mandato? RESPOSTA: Peço que a população acredite, não apenas em mim, não apenas nos vereadores de oposição, **mas em todos. Ninguém se candidata com o objetivo de fazer o mal.** Gostaria que as pessoas se envolvessem mais nos temas públicos. Também deixo uma mensagem de tranquilidade: levo comigo os valores que aprendi com meus pais e com minha família. Quero continuar contribuindo, como fiz durante o mandato passado, e a população reconheceu isso ao me conceder a recondução. Agora, sigo contribuindo mais uma vez, com a honra adicional de presidir esta Casa. O Biguá, lá do Campestrinho: motorista, servidor público, alguém que gosta de conversar, fazer amigos e buscar soluções por meio da boa prosa. PERGUNTO: “Gostei do acreditar em todos os vereadores”. Eu também acredito que ninguém se candidata com o objetivo de fazer o mal, muito menos de administrar e executar algum serviço para o mal, embora, saiba que é possível em se tratando que o homem, mesmo sendo um animal racional, é o único que chega a matar por prazer. Sempre foi assim, a mesma mão que acaricia, mata. Fique tranquilo Biguá, as pessoas estão mais do que nunca envolvidas com os temas políticos, em particular com as ações dos políticos. Como diria minha querida e falecida mãe, estou de olho em você! Porém, alguns ditos líderes governamentais federais, estaduais e municipais, **teimam em** querer um estado grande e forte que controle tudo, **teimam em** querer a liberação do aborto e a saidinha de bandidos; **teimam em** não sair de suas bolhas; **teimam em** pensar que a máquina pública que nada produz, gera emprego e renda; **teimam em** criar novas taxas e impostos; **teimam em** burocratizar o serviço público para terem o controle de tudo em suas mãos; **teimam em** não aceitar que não adianta ser apenas de boa índole e acreditar que só são responsáveis pelo que fazem, pois, o que deixam de fazer pode ser pior; **teimam em** não servir o povo, mas, servir-se dele; **teimam em** dar aumento para os seus pares por engajamento e apoio as causas não republicanas, e não, por merecimento – cadê a meritocracia; **teimam em** criar narrativas e afastar-se da verdade; **teimam em** manter a população no regime do pão e circo da Roma antiga – olha a bolsa família e o carnaval ai geeente!!! Até quando seremos o país do futuro que dá o peixe e não ensina a pescar?; **teimam em** implantar um “sistema socialista de esquerda” que não deu certo em nenhum lugar do planeta; **teimam em** demonizar o “capitalismo selvagem” indo passear na Disney e morar em NY. Sinceramente, alguém acredita que a China é contra o capitalismo? Como é que é...; **teimam em** ser o personagem Robin Hood ao contrário, tirando dos pobres para dar para os ricos rentistas que vivem dos juros controlados pelos bancos centrais de governos vendidos; **teimam em** brincar com o teatro das tesouras na guerra da direita contra a esquerda – para o sistema, tanto faz qual lado ganha, desde que, siga

o lema da dinastia da família Rotischild criado pelo seu fundador Mayer Amschel Rotischild (1744 – 1812): **“Me dê o poder de fazer o dinheiro, e não me interessa quem faz a lei”**; teimam em manter o padrão que deu muito certo no passado, ou seja: **“Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é”**; por fim, teimam em teimar que estão preocupados com a população e que se importam com os pobres e mais desfavorecidos, beneficiando os banqueiros e os rentistas da Faria Lima e penalizando os empresários e agricultores que levam comida a mesa do Brasil e do mundo. Ainda tenho esperança de dias melhores com alguns políticos, servidores públicos, empresários e gente comum, descentes. Que Deus nos abençoe, ilumine e guarde.

Por fim, que mensagem eu, Carlos José Rosa, gostaria de deixar para os moradores de Andradás? **RESPOSTA**: Tem uma música de autoria do cantor Taiguara de nome **Piano e Viola**, e, na sua letra, tem o seguinte trecho que passo a destacar como minha mensagem: **“Sorriso bom só de dentro – Ninguém é bom sendo o que não é – Eu pra ser feliz com mentira – Melhor que eu chore com fé – E quem não tiver do seu lado – A quem ama e quer ver feliz – Não diga que não se importa – Diga só o que o amor lhe diz”**... Apesar de saber que muitos de vocês não faz ideia de quem era Taiguara (faleceu em 14 de fevereiro de 1996 aos 50 anos em São Paulo), esta música em particular, me marcou muito, pois, entendo que mesmo sabendo dos inúmeros sorrisos amarelos e interesseiros existentes por aí, só serão bons, se vierem de dentro de cada um de nós. Ninguém pode ser bom sendo o que não é, fingindo e mentindo a todo momento. E aqui, entra uma questão de escolha, afinal, Taiguara e eu compartilhamos da mesma opinião no tocante em sermos felizes, não dá para fazê-lo com mentiras ou narrativas, melhor encarar a verdade e escolher chorar com fé. Mais digno e honesto. E quem não tiver do seu lado, a quem ama e quer ver feliz, não diga que não se importa, diga só o que o amor lhe diz. Sei da escolha de cada um de vocês pelo caminho à bombordo e à estibordo, sei que não terei alguns de vocês do meu lado, mas sei também que vocês amam Andradás e querem vê-la feliz. Não digam que não se importam com os dias maus que virão em 2026, somem seus esforços e forças, diga só o que o AMOR lhes diz. Ouçam os seus corações, não os seus egos e vaidades. Honremos nossos antepassados. Já dizia o também cantor e compositor Cazuzá: **“Não façam com que suas ideias não correspondam aos fatos, o tempo não para”**. O caminho da OPORTUNIDADE está aberto, cada dia a menos, o tempo fica mais escasso, sejamos sábios, contemos os dias usando-os com sensatez, porque **o homem sábio tem ideia da brevidade do tempo**. Não existe adversidade que supere o poder de escolha de cada um, estamos todos no mesmo barco sendo guiados por vários timoneiros ao mesmo tempo. Então, façamos o melhor que puder com o que temos e onde estamos. Não espere por um amanhã melhor, torne o hoje melhor. Hoje é Andradás, antiga Caracol.

Muito obrigado pelas suas atenções, eu sou o que sou, e, doravante, adotarei a alcunha de **“Senhor Cidadania”** = A cidadania é o conjunto de direitos e deveres civis, políticos e sociais que vinculam um indivíduo a um Estado, conferindo-lhe a condição de membro pleno de uma comunidade. Ela vai além do status jurídico, envolvendo a participação ativa na vida pública, o cumprimento de obrigações (como o voto e o pagamento de impostos) e a proteção de liberdades fundamentais; em todas as minhas **REFLEXÕES, PERGUNTAS e DÚVIDAS**.



Sr. Cidadania.